O NACIONALISMO COMO PROJETO POLÍTICO DE LEGITIMAÇÃO DE UMA OLIGARQUIA NA LUTA PELO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Marcos Juvencio de Moraes[*]

RESUMO

Apresentamos neste trabalhos um conjunto de ideias e teorias elaboradas por autores europeus que, de certa maneira, foram incorporadas pela elite catarinense na medida em que se procurava um projeto ideológico para suprir a necessidade de poder de uma oligarquia regional. O período aqui delimitado inicia no ano de 1930 quando da instalação do governo provisório de Vargas e o inicio de um projeto nacional para o Brasil. O fim deste período inicia o Estado Novo onde o projeto nacionalista ganha corpo em Santa Catarina com o Governo de Nereu Ramos que se estende até 1945, fim do nosso espaço temporal. Trabalharemos, em linhas gerais, o contexto internacional, passando para o nacional e chegando ao estadual donde se desdobram as peculiaridades do projeto nacionalista catarinense.

Palavras chave: Projeto nacionalista; Oligarquias; Santa Catarina.

ABSTRACT

We present in this work a set of ideas and theories developed byEuropean authors who, somehow, were incorporated by the elite of Santa Catarina to the extent that it sought an ideological project to meet the need for regional power of an oligarchy. The period defined here begins in 1930 when the installation of the provisional government of Vargas and the beginning of a national project for Brazil. The end of this period begins the New State where the nationalist project is taking shape in SantaCatarina with the Government of Nereu Ramos that extends until 1945, the end of our timeline. We will work in general, the international context, going to the national and state where coming to unfold the peculiarities of the nationalist projectof Santa Catarina.

Keywords: Project nationalist; oligarchy; Santa Catarina

[*] Doutorando do PPGH – PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul), Bolsista da CAPES. E-mail: - marcosjmoraes@gmail.com.

Introdução

Por longos ou curtos períodos de tempo, em diversas vezes o Brasil foi um país de árduos conflitos internos. Sendo esses conflitos políticos, econômicos, sociais e intelectuais, envolviam suas elites administrativas, suas elites políticas e por vezes acarretavam nas disputas pelo poder do Estado Nacional. Um país que foi governado predominantemente por membros das classes favorecidas, e por interesses econômicos que ditaram os rumos do Estado e da construção da Nação. Disputas políticas, intrigas, conflitos étnicos e golpes marcaram a política nacional e, marcaram também, a política de nacionalização no Estado de Santa Catarina no período de 1930-1945. Propomo-nos a analisar e refletir sobre as relações de poder dos grupos estaduais representados, de um lado, pelo progresso urbano-industrial e de outro, pelo meio agrário estruturado no latifúndio, ou seja, na preservação da grande propriedade. Pretendemos mostrar a origem política de tais grupos e a que medidas a política de nacionalização influenciará na luta pela afirmação destes grupos no poder do Estado de Santa Catarina.

Neste Estado, desde seu inicio até os dias de hoje, habitado por uma infinidade de etnias, marcado pelas diferenças de culturas e práticas sociais, tentou-se, em princípio, estabelecer a homogeneidade, a "raça" pura, a brasilidade, um padrão de cidadão imposto a todos. Através de imposições, de ordens e leis criadas pautadas em interesses de grupos econômicos e políticos, extinguiram-se os idiomas que eram diversos, extinguiram-se as escolas étnicas — instituições riquíssimas para a pesquisa como campo da história —, excluiu-se a vontade das massas e exaltou-se a unidade e a harmonia das relações estaduais. Pretendemos pautar o que estava nas entrelinhas das disputas oligárquicas que se opunham. Pretendemos também analisar em que medida esta ideologia nacionalista utilizada em Santa Catarina se aproxima de teorias formuladas por intelectuais europeus.

Nesta perspectiva, traremos uma rápida discussão, nesse início do texto, sobre as teorias de nação e nacionalismo elaboradas por pensadores como Hobsbawm, Anderson, Beired, Breuilly, Smith entre outros. Não estamos propondo estabelecer verdades, e sim algumas hipóteses, elaboradas a partir de estudos anteriores, que poderão vir ser comprovadas em um estudo mais aprofundado. Estamos dando o primeiro passo na direção que pretendemos percorrer e poderemos descobrir muitas outras peculiaridades ainda não observadas. Trabalharemos em um segundo momento com o cenário político catarinense perpassando por uma contextualização histórica que permita consubstanciar nossa análise.

Contextualização de algumas ideias de nação e nacionalismo

Como um dos objetivos deste texto é a utilização de um conceito e/ou uma ideologia de origem europeia, o nacionalismo, escolhemos alguns intelectuais e teóricos mais importantes na argumentação das teorias de nação e nacionalismo. Utilizaremos obras de autores como Hobsbawm e Anderson no âmbito socioeconômico e sociocultural, com relação ao etnosimbolismo utilizaremos Smith e, em se tratando do nacionalismo político, trabalharemos com Breuilly e Renan. Pensamos em abordar todas essas correntes teóricas para que posteriormente possamos entender a realidade do nacionalismo aplicado no Estado de Santa Catarina e, quando possível, aproximando a realidade catarinense a algumas das argumentações teóricas destes pensadores.

Começando a pensar sobre o surgimento das nações e do nacionalismo chamamos Hobsbawm: a ideia de nação e de nacionalismo que já pautava discussões de intelectuais europeus antes do século XX ganhou um novo ímpeto por volta de 1918, final da Primeira Guerra Mundial, quando a Europa buscava reconstruir suas estruturas abaladas pela destruição da guerra. O colapso dos grandes Impérios multinacionais da Europa Central e a eclosão da Revolução Russa influenciaram decisivamente no movimento do ideal de nação, no qual os países da Europa se fecharam em suas fronteiras abandonando o sistema econômico liberal e adotando o modelo econômico intervencionista. A política da construção nacional levou os países burgueses a abandonar a “economia de empreendimentos privados livremente competitivos e comércio livre” (HOBSBAWM, 1990, p.160). Intensificava-se o movimento centralizador, de intervenção, de planejamento econômico e político. A guerra gerou um protecionismo do Estado sobre sua economia, desenvolveu-se um capitalismo planejado pelo aparelho governamental do qual se distanciava do liberalismo existente no período pré-guerra. Característico das novas formas econômicas os países europeus devastados pelas batalhas, com exceção da Rússia, se protegiam uns dos outros para sua reconstrução (HOBSBAWM, 1990, p.159-160). Entendemos que com o nacionalismo fortalecido, o poder do Estado cresce substancialmente devido as condições materiais do período pós-guerra, dá-se o abandono do modelo liberal que frisava o livre comércio sem a participação e regulação do Estado na economia e passa a se exaltar um modelo centralizador nacionalista.

Para Rémond, quando discutindo os novos conceitos de história política, o pós-guerra se caracteriza como um período rico. A ascensão dos Estados interventores na economia e a

indignação dos grupos sociais prejudicados, acusando o Estado de ser o responsável por suas falências, levaram o poder público a legislar, regulamentar, subvencionar, controlar: a produção, a moradia, a assistência social, a saúde pública e, a difusão da cultura (1996, p.24). Tratara-se de uma política centralizada e disposta a regular a sociedade e, através da difusão da cultura, criar um imaginário comum, o que discutiremos mais adiante.

Para Anderson, o nacionalismo não surge da necessidade da formação do Estado moderno, ele surge da necessidade de superação das sociedades religiosas e dinásticas (2008, p.39). Com isso uma hipótese a ser pensada é a de que o nacionalismo foi incorporado e, de alguma maneira, ganhou significado pelos moldes da sociedade moderna que buscava resolver os problemas que estava enfrentando.

Na visão de Smith "a identidade étnica não é uma invenção recente. Ao contrário, existiam *ethnies*[1] que remontam a séculos atrás — pelo menos no tocante a Europa e ao Oriente Médio —, se não a milênios". Smith "insiste em que a realidade objetiva de uma *ethnie* passada realmente importa para as nações modernas". Conforme Breuilly: "De certo modo, Smith parece haver descoberto um meio termo sensato entre os nacionalistas que simplesmente afirmam a história continua da nação e os que consideram um *constructo* peculiar e moderno" (SMITH in BREUILLY, 2000, p.159). Nesta argumentação nos parece que a nação é fruto de características próprias de cada lugar, das peculiaridades dos povos passados que deixaram seus vestígios no meio social do qual se formulou o sentido de nação moderna. Em outras palavras, para Smith, levar em consideração os veículos étnicos preexistentes quando se fala de construção da nação é algo primordial, extremamente importante, é o cerne do sentido da origem da nação.

Na perspectiva de Breuilly "sabemos que as doutrinas nacionalistas e a política nacionalista surgem, com frequência, em sociedades e regiões onde falta a grande parte da população um sentimento intenso ou claro de identidade nacional" (2000, p.156). Desta forma, podemos supor que o nacionalismo é imposto de cima para baixo na medida em que a população, em princípio, não compartilha desse sentimento e dessa doutrina. Ou seja, tenta-se por parte de uma elite, utilizando do aparelho do Estado, estabelecer ao resto da sociedade civil um padrão de comportamento a partir de uma política nacionalista.

Considerando as teorias do mesmo autor, podemos nos deparar com três principais

1 Smith define *ethnies* da seguinte forma: "populações humanas dotadas de um nome, com mitos ancestrais, histórias e culturas comuns, associadas a um território específico e a um sentimento de solidariedade" (apud Breuilly, p.159).

vertentes trabalhadas por historiadores nos estudos do nacionalismo: doutrina, sentimento e política (2000, p.155). Acreditamos que o nacionalismo não pode ser instaurado ou mesmo pensado sem a combinação das três vertentes. Ou seja, a utilização de apenas uma das ideias do nacionalismo não é viável pela limitação desses modelos isolados. Exemplo: na utilização de um nacionalismo político em uma sociedade multiétnica, é preciso a utilização de doutrinas no despertar de sentimentos de união, de laços comuns entre povos de origens culturais diferentes. Isso pode ser feito através da religião, da língua entre outros fatores, tanto objetivos como subjetivos.

Na visão de Renan a formação do conceito de nação diz que " la antiguedad clássica tuve repúblicas y reinos minicipales, confederaciones de repúblicas locales e imperios; pero no tuvo apenas naciones en el sentido que nosotros las entendemos" (1987, p.61). A nação da qual conhecemos é uma construção moderna e o nacionalismo é uma consequência desta. "a essência de uma nação é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e que todos tenham esquecidos muitas coisas" (1987, p.66), afirma Renan.

Hobsbawm, inserido na discussão do nacionalismo nos mostra dois modelos sociais europeus modernos elaborados a partir do nacionalismo: o modelo de estrutura social Wilsoniano, bem visto pelo capitalismo europeu, e em contrapartida o modelo Marxista dos países socialistas. Esse sistema Wilsoniano propunha nações homogêneas separadas pela língua e por etnias, traçando as fronteiras do mundo de modo natural e cultural. Modelo este que massacrava as minorias étnicas e extinguia a diferença e a heterogeneidade das nações (HOBSBAWM, 1990, p.161-162). Talvez seja neste sentido que surja anos mais tarde uma nação radical baseada na "raça pura", pregando um Estado homogêneo. E se pensarmos, não muito diferente se encontrava a situação catarinense no período do Estado novo, onde havia a imposição de um Estado homogêneo, baseado em uma só língua, uma só cultura e uma só ideologia, a nacionalista.

Do surgimento à difusão, o nacionalismo impregnou seus ideais em diversas sociedades, sendo elas capitalistas ou socialistas e mesmo aquelas que lutavam pela sua libertação. Segundo Anderson, os ideais da modernidade se espalharam pelas colônias do mundo, influenciadas pelos nacionalismos, socialista ou capitalista, levando-as a lutar pela sua libertação. Para ele a difusão do nacionalismo pelo mundo envolveu muitos fatores, mas o principal deles é a propagação do capitalismo, principalmente o de imprenta (2008, p.71).

Smith referindo-se a difusão do nacionalismo em seu texto intitulado "O Nacionalismo e os Historiadores", nos mostra como se dá a incorporação de modelos nacionalistas europeus

na África, Ásia e América Latina:

> O mecanismo favorito para explicitar a difusão do nacionalismo para a Ásia, a África e América Latina é uma mescla de imitação e reação: as elites, sobretudo intelectuais, adotam e adaptam as ideias ocidentais de nação e de regeneração nacional. O nacionalismo floresce nas circunstâncias específicas do imperialismo e do colonialismo europeus, mas sua disseminação é basicamente auto-impulcionada e auto-reprodutora, desde que tenha surgido uma minúscula camada de intelectuais no país receptor (2000, p.186).

No que parece, Smith dá ênfase a sociedade receptora, no sentido de que a elite desta sociedade precisa se legitimar de alguma forma e assim passa a incorporar modelos estrangeiros na tentativa de conseguir essa legitimação.

Outra característica dessa expansão do nacionalismo para o mundo vem com o surgimento dos modernos meios de comunicação por onde o "espetáculo" do nacionalismo se difundiu em larga escala para as massas. O surgimento de um jornalismo político e o surgimento de um gênero novo, o livro político, foram modalidades e indícios que acarretaram na maior consciência política dos cidadãos, mesmo que uma consciência alienada, e a maior participação desses na vida política, influindo nas decisões que afetam a coletividade (RÉMOND, 1996, p.25). A sociedade industrializada e de altas tecnologias, pôde contar com novos meios de expressar suas nacionalidades graças à invenção do rádio, da televisão, da imprensa e do cinema. A difusão da ideia nacional esteve intimamente ligada à produção de conhecimento pelos meios de comunicação juntamente com a linguagem vernácula, tornando o conhecimento popular (ANDERSON, 2008, p.73-75). Na mesma linha de pensamento Hobsbawm diz que "por esses meios (imprensa) as ideologias populistas podiam ser tanto padronizadas, homogeneizadas e transformadas quanto, obviamente, podiam ser exploradas com propósitos deliberados de propaganda por Estados ou interesses privados" (1990, p.). Assim, nos parece que os meios de comunicação, de acordo com o interesse de grupos, criaram imagens positivas e facilitaram a absorção do nacionalismo pela grande massa populacional por todos os lados do mundo. Tal discussão nos leva novamente a Anderson quando analisa o surgimento de novas comunidades nacionais.

> O que tornou possível imaginar as novas comunidades, num sentido positivo, foi uma interação mais ou menos casual, porém explosiva, entre um modo de produção e de relações de produção (capitalismo), uma tecnologia de

> comunicação (a imprensa) e a fatalidade da diversidade linguística humana (2008, p.78).

Em outras palavras, a propagação do capitalismo e da imprensa em união com o desenvolvimento das línguas vernáculas de cada região, difundiu o movimento do nacionalismo e, a partir daí, a formação das consciências nacionais.

Trilhando um caminho parecido, Beired diz que "o nacionalismo não é algo espontâneo que emerge das classes populares ou da coletividade de um país, mas fundamentalmente uma ideologia produzida por intelectuais e difundida por diversos meios: publicações, canções, associações, movimentos e partidos" (1999, p.231). Se aproximando um pouco de Smith, no sentido da intelectualidade dos Estados ser a grande responsável na opção pelo nacionalismo, Beired comenta: "mesmo quando os intelectuais de direita procuravam mostrar o nacionalismo como expressão da 'cultura popular', 'das origens do povo', 'da alma nacional', o fato é que ele foi sobretudo uma ideologia produzida por uma elite intelectual com vistas a tornar-se hegemônica" (1999, p.231).

Na teoria de Beired o nacionalismo brasileiro foi desenvolvido a partir de um conceito cultural de nação, privilegiando elementos como história, geografia, raça, língua e tradições. Esse nacionalismo cultural pregava pela existência de uma comunidade dotada de identidade em virtude de sua suposta unidade étnica, cultural, linguística, histórica e religiosa. A nação, segundo o autor, é um fenômeno atemporal. Os homens eram vistos como integrantes de comunidades que desenvolveram linguagem e uma cultura particular como resposta ao meio natural, expressando assim seu próprio caráter nacional. Esse nacionalismo surgido em fins do século XIX descartava a nação política. Acreditava nesta perspectiva cultural que não podia suportar a soberania popular, a participação política, a secularização, o individualismo, a admissão de diferenças culturais e ideológicas em uma coletividade nacional implícitas no nacionalismo de base política (1999, p.198-199).

O ideal nacionalista se espalhou por todos os lados do mundo e coube a cada pais implantá-lo e implementá-lo de acordo com suas condições materiais. Hobsbawm complementa: "a extensão do 'nacionalismo' além de sua região de origem o movimenta além do alcance da análise original" (1990, p.188) mostrando que o modelo original do nacionalismo se modifica na medida em que sai da sua área de criação, ou seja, pode ser reinterpretado em territórios diferentes.

A partir dessa argumentação pensamos: será que no Estado brasileiro e seus Estados regionais, esses dois modelos nacionalistas não se "mesclaram" de alguma maneira?

Para Capelato a consciência nacional, estruturada pela ideologia nacionalista, é forjada no Brasil em meio a agitações sociais e políticas. Devido às falências dos regimes liberais, criaram-se expectativas de construção de uma nova identidade centrada na estrutura do Estado Nacional. Entre tais debates "(...) a preocupação se voltou para o controle das massas por meio de um líder forte e carismático; essa solução era indicada para evitar revoluções populares" (CAPELATO, 2009, p.222). Neste contexto, as ideias do nacionalismo, da consciência nacional, da unidade do povo, propondo uma nova identidade coletiva vão ser facilmente incorporadas e difundidas pelo governo brasileiro.

Ainda em Beired, "a alternativa para o Brasil estava posta no futuro, pois se entendia que o passado, as raças e o meio geográfico tinham sido pouco pródigos para suprir os pré-requisitos para a consolidação da nacionalidade, sempre entendida como uma *evolução*" (1999, p.200). Neste sentido, segundo a própria argumentação do autor na discussão anterior, somavam-se a língua e as tradições, as quais permearão uma grande discussão no Estado catarinense.

Pensava-se entre a elite intelectual, projetos de cunho nacionalista para a sociedade brasileira. Azevedo Amaral citado por Beired, dizia que o Estado Novo era o primeiro governo verdadeiramente nacionalista, aquele que abrira um novo ciclo na história do Brasil. Sustentara também a "necessidade de o Estado desenvolver uma política eugênica e imigratória. Os indivíduos indesejáveis (possivelmente negros e índios) deveriam ser neutralizados e as etnias superiores estimuladas a vir para o Brasil, desde que assimiláveis à cultura brasileira" (1999, 208-209).

Em outra perspectiva a lógica do nacionalismo brasileiro era

> A superação do atraso [que] exigia mudanças institucionais, ou seja, a presença de um governo forte, autoritário, capaz de integrar o trabalhador nacional na sociedade, solucionar o problema das raças e organizar as massas inorgânicas, formando, por intermédio da educação e da disciplinarização do trabalho, a consciência nacional. (CAPELATO, 2009, p.226)

A superação do atraso é, contudo, um princípio do nacionalismo moderno do qual exalta a modernização da sociedade, ou mesmo o progresso.

Amaral nos faz pensar em duas coisas: primeiro, sobre a questão da denominada raça superior, que se aproxima exatamente do modelo exacerbado de nacionalismo cultural e; segundo, a assimilação dessas etnias à cultura brasileira. Mas nos perguntamos: que cultura é essa? O que nos parece é que ele está muito mais preocupado com a elaboração de projetos gerais de nivelamento social do que considerar a diversidade do território brasileiro, sufocando os "indesejáveis". A questão do enquadramento a cultura nacional, aparecerá também nas discussões dentro do Estado de Santa Catarina. Contudo a maior e mais explicita questão a pautar as discussões das paginas seguintes é a capacidade do Estado autoritário incorporar o nacionalismo e expandi-lo com uso da maquina estatal. Já observara Beired, em suas conclusões no seu texto "Ideologia Nacionalista e Representações da Nação", este fator:

> Qual seria o agente capaz de impor diretrizes para realizar a afirmação da nação? Tudo indica que a resposta convergia no Estado Autoritário, instituição capaz de unificar "por cima" os elementos nacionalitários contidos na sociedade, de combater os "inimigos" da pátria e de neutralizar a ação dos fatores negativos para a realização da nação como comunidade material e imaginada (1999, p.232).

No Estado de Santa Catarina, se implantará um governo autoritário e este utilizará dos "elementos nacionalitários" para combater os "inimigos" da cultura nacional.

Foram discutidas algumas das principais ideias encontradas nos mais renomados historiadores que produzem teorias sobre o nacionalismo. Em certa medida estão presentes na discussão pesquisadores de linhas teóricas diferentes, onde alguns produziram obras sobre a historiografia nacionalista e analisaram, assim, as obras de outros pesquisadores. Tivemos a pretensão de apenas abarcar de forma breve alguns textos sobre o tema para contextualizar a analise a seguir.

O contexto catarinense

Sabemos que o ano de 1930 representou um marco para a história do Brasil. A política da Primeira República não respondia por todos os Estados da Federação, ocasionando desgaste e embate entre os diversos Estados. Os rebelados do Rio Grande do Sul e Minas

Gerais se colocaram contra a política instaurada organizando-se em um movimento chamado Aliança Liberal em 1929. Esse movimento bem organizado, culminou na vitória dos revolucionários em 1930, na tomada do governo e nas negociações que levaram Getúlio a cadeira de presidente.

Anos mais tarde outro golpe se instituiu pelo mesmo grupo aliancista:

> No dia 10 de novembro de 1937, o presidente Getúlio Vargas, que havia assumido o poder em 1930, reuniu o ministério e, diante dos microfones da Rádio Nacional, através do programa "A Hora do Brasil", apresentou ao país uma nova constituição (PANDOLF in FERREIRA, 2007, p.15).

O Estado Novo entrara em vigor. O período em que se instaurou uma política autoritária, e em certa medida nacionalista, no Estado de Santa Catarina. Em outras palavras, um momento histórico de expressão autoritária por parte da administração governamental dos interventores nomeados por Getúlio que, no que tudo indica, tinham como principal meta de governabilidade o estabelecimento da ordem[2].

A política catarinense era composta durante a República, em termos gerais, por duas forças econômicas de maior expressão: os latifundiários do planalto serrano e os industriais do vale do Itajaí. Para entendermos o contexto das medidas nacionalistas tomadas no Estado catarinense, precisamos entender que estas duas forças se opunham na medida que possuíam interesses econômicos diferentes, projetos políticos diferentes e origens regionais diferentes. Enquanto os latifundiários, representados pela oligarquia Ramos, defendiam um projeto baseado no meio rural, os industriais do vale do Itajaí, região predominantemente colonizada por alemães, defendiam o meio urbano e, no que tudo indica, a modernização (MORAES, 2009; AURAS, 1991, .p.100-101).

Essa política foi herdada das oligarquias da Primeira República, e se estendeu durante o período do Estado Novo. Porém, há uma mudança significativa na ordem política do Estado catarinense com a instauração da "revolução de 30".

No início da República essas duas forças opostas estavam reunidas em um mesmo partido, o Partido Republicano Catarinense, mas como representavam forças econômicas

2 O estabelecimento da ordem social no Estado de Santa Catarina é discutido por Moraes na medida em que este Estado se colocou contra o movimento da Aliança Liberal se tornando de certo modo um Estado a ser observado. Assim, os primeiros interventores de Santa Catarina foram militares que participaram da movimentação liberal e que tinham como projeto instalar e manter a ordem das coisas (Moraes, 2009).

diferentes vieram na década de 20 a romper relações e consequentemente a formação de outro partido chamado Partido Liberal Catarinense. Em síntese, as forças econômicas (latifundiária e industrial) ao decorrer dos anos foram se tornando cada vez mais antagônicas resultando na separação de um partido tradicional e formação de um pequeno e novo partido. Essa configuração é essencial na medida em que o pequeno Partido Liberal apoiara nos anos 30 a Aliança Liberal que instituiu um golpe e saiu vitoriosa tomando o poder político nacional. A partir do acontecido houve no Estado catarinense a elevação dos políticos do Partido Liberal à elite que dominaria o poder governamental por 15 anos[3].

A partir do momento em que as forças liberais latifundiárias se estabelecem no poder os centros de influência política e cultural dos adversários (republicanos ascendentes politicamente do vale do Itajaí, neste momento a oposição, em grosso modo, se estabelecia na oligarquia Konder), irão sofrer repressões por parte do grupo governante, utilizando-se do aparelho do Estado: "Imigrantes alemães e italianos (...) irão sofrer as cruentas investidas nacionalizadoras oriundas dos 'cononéis' lageanos, seus adversários políticos na briga pelo comando do aparelho governamental" (AURAS, 1991, p.101).

Antes de tudo, devemos entender que medidas nacionalizadoras eram essas descritas por Auras. Qual o sentido dessa nacionalização? Existia um objetivo?

Para responder tais questões é necessária uma rápida analise do contexto econômico nacional e regional. Vamos assim compreender o porque da apropriação da teoria nacionalista por uma oligarquia partidária.

Uma das principais preocupações do grupo latifundiário, no que tudo indica, desde a Primeira República é com a tendência do perfil econômico do Brasil e a importância que a industria regional catarinense tinha para a economia nacional. Segundo Auras: "Os adversários mexiam fundo na tradicional estrutura de dominação, assentada no latifúndio e no coronelismo, ou seja, na primazia da vida rural" (1991, p.159). Os descendentes de imigrantes alemães desenvolviam as cidades enquanto os latifundiários pregavam pela terra, as áreas de colonização caminhavam na superação do estilo de vida baseado no rural. O nacionalismo de Nereu Ramos[4], tornou-se um modo de fazer política na tentativa de manter um *status quo* agrário combatendo e procurando eliminar os seus adversários que se constituíam

3 Para um melhor entendimento desta análise da política catarinense ver MORAES, M J. *No Teatro do Poder: O governo Nereu Ramos e a nacionalização como instrumento político em Santa Catarina*. Criciúma-SC, 2009.
4 Governador do Estado de Santa Catarina durante o período do Estado Novo e representante da oligarquia agraria do Estado. MORAES, M J. No Teatro do Poder: O governo Nereu Ramos e a nacionalização como instrumento político em Santa Catarina. Criciúma-SC, 2009.

historicamente progressistas, ou seja, buscava-se elevar o status agrário-nacional e rebaixar o urbano-industrial. Mas, como citamos acima, no contexto econômico do planejamento de Vargas, Nereu e sua política econômica se mantinham fora do que se planejava em âmbito nacional: “O nacionalismo obscurantista de Nereu Ramos estava na contramão da história” (AURAS, 1991, p.161).

No primeiro governo Vargas a economia brasileira deu uma guinada em direção ao processo de industrialização, por meio do planejamento (ainda limitado) e da intervenção estatal direta na economia, inclusive com a criação de diversos órgãos governamentais incumbidos da racionalização de setores chaves, como DNPM - Departamento Nacional de Produção Mineral e outros (DRAÍBE, 1985). Isto é, criação de departamentos administrativos para cuidar e controlar os diversos setores da economia nacional. E mesmo que ainda restringida a industrialização nacional, dentro da lógica da “substituição de importações”, significou a criação de condições internas (desenvolvimento para dentro) para a dinamização da acumulação capitalista (CARDOSO DE MELLO, 1988; TAVARES, 1981). Por grande parte do território, sobretudo a “região concentrada” (Estados do sul e sudeste), o país entrou numa fase de urbanização acelerada e tomou forma uma nova divisão territorial do trabalho (SANTOS e SILVEIRA, 2001). A integração dos mercados e o comando do processo de industrialização por São Paulo são características marcantes daquela fase e da fase posterior (da industrialização pesada), notadamente, destacando-se as indústrias e regiões que estabeleciam ligações mais fortes com aquela região central, como acontecia com as regiões mais ao norte de Santa Catarina, providas desde o período imediatamente anterior de ferrovias e portos que as ligavam aos mercados do sudeste do Brasil (GOULARTI FILHO, 2002).

Como resposta ao desequilíbrio externo, as substituições de importação contribuíram no primeiro momento para a expansão dos setores produtores de bens de consumo, incluído aí a indústria têxtil. Valendo-se da enorme capacidade ociosa das economias já industriais, notadamente devido à crise capitalista de 1929, da expansão do mercado interno e do protecionismo do governo Vargas, o Brasil passou a importar maquinários e insumos, ao invés de bens de consumo terminados, e empregá-los na produção interna de mercadorias. Nesse contexto o Vale o Itajaí foi uma das regiões beneficiada industrialmente, com a expansão e criação de estabelecimentos.

O modo agrário que alçou a família Ramos ao poder perdeu gradativamente o significado para a política do planejamento econômico dos anos 30 e 40. Getúlio tendeu a dar substância a economia catarinense no aproveitamento das indústrias do norte do Estado

catarinense e substituir as importações feitas pelo Estado. Pretendia Vargas "colocar sob o controle do Estado o núcleo industrial significativo construído pelos alemães"(CAMPOS, 1998, p.126). As industriais de origem alemã passaram a atender a demanda do Estado Novo e Nereu Ramos viu os alemães prosperarem economicamente em solo catarinense. Nesta perspectiva, Nereu Ramos percebeu que competir economicamente não traria para seus aliados uma vitória. Assim procurou substituir membros (alemães) da diretoria dessas empresas e proibir que funcionários se comunicassem em alemão (AURAS, 1991, p.166).

No que tudo indica, enfraquecido economicamente, pois representava naquele contexto o setor "atrasado" da sociedade, o grupo latifundiário vê na ideologia nacionalista um meio alternativo para reacender como uma força política de disputa legitimados pelo discurso da identidade nacional. Em síntese, enquanto o grupo latifundiário não poderia competir economicamente e se tornavam secundários no contexto dos projetos de Vargas, buscavam reconhecimento no campo cultural e político. Passaram a reproduzir um discurso cultural e reprimir, como necessidade da auto-preservação do grupo no contexto nacional e também estadual, os habitantes de origens étnicas diferentes a luso-brasileira.

A preocupação era denegrir as áreas de imigração e, para isso, foi incorporado como principal princípio do projeto de governo de Nereu Ramos a repressão ao "inimigo" de tradição cultural "estrangeira". Com o rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, Nereu obteve o apoio de Vargas na perseguição ao chamado "perigo alemão". Mas o fim da Segunda Guerra levaria o fim do Estado Novo, talvez o apoio dado por Vargas à Ramos estaria fora de contexto, pois o fim das relações Brasil-Alemanha gerou uma contradição da política Vargas, economicamente ligada aos Estados Unidos e ideologicamente ligada ao nacional-socialismo alemão. Presumi-se que tal contradição tenha levado, entre outros fatores, o fim do regime ditatorial do Estado Novo.

De qualquer forma, o nacionalismo ganhara visibilidade na consolidação do poder de uma oligarquia sobre a outra. Sabemos então, como um projeto nacionalista foi incorporado e qual o objetivo dessa incorporação por um grupo elitista, agora buscaremos saber as origens de tal discurso nacionalista no Estado de Santa Catarina.

Mas como surgira o apelo nacionalista no Estado de Santa Catarina?

Acompanhamos o processo de legitimidade de uma oligarquia frente a outra através da incorporação da ideologia nacionalista. Vimos, em certa medida e aprofundaremos neste ponto do trabalho, a utilização dessa ideologia para a repressão do diferente, para repressão da diversidade cultural e linguística e, consequentemente, para extinção das bases educacionais dos “inimigos alemães”. Pretendemos agora saber da onde nasceu esse nacionalismo, será que era o mesmo nacionalismo de Vargas? Na medida em que levarmos as peculiaridades regionais em consideração, perceberemos que foi um nacionalismo dotado de um fim objetivo e de cunho cultural[5], pregando uma homogeneidade da língua e da raça. Mas em certa medida político[6] quando instituído pelo aparelho do Estado.

A partir de uma análise da historiográfica catarinense, identificamos um ponto fundamental do que podemos presumir uma possível origem do discurso nacionalista como instrumento da política do Estado. A medida que os anos passavam, os interesses dos grupos oligárquicos se tornavam mais claros. As gerações consanguíneas ou criaram novos horizontes políticos ou buscavam modelos antigos e os readaptavam. Analisaremos a nacionalização do ensino em santa catarina.

Este Estado produziu duas reformas educacionais de caráter nacionalista, a primeira ainda na Primeira República, no governo de Vidal Ramos (1910-1914) e a segunda já no Estado Novo, na interventoria de Nereu Ramos. Por coincidência ou não, as duas nacionalizações do ensino foram feitas pelo mesmo grupo oligárquico consanguíneo.

O primeiro projeto de nacionalização do ensino foi elaborado em 1911, quando Vidal Ramos (do grupo latifundiário) ainda era governador. Devido às fragilidades orçamentárias do Estado este projeto era muito mais brando do que o que veio a ser instalado por seu filho Nereu Ramos no período do Estado Novo. Elaborado em um contexto em que circulavam ideias da formação da identidade nacional e, consequentemente estadual, o projeto, de acordo com as possibilidades e condições do Estado, contava com a participação das colônias na educação das crianças descendentes de etnias não lusas. Esta medida dava à política de nacionalização do ensino um caráter gradual em que aos poucos ia se nacionalizando, o

5 SMITH, Anthony D. “O nacionalismo e os historiadores”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.
6 Para uma melhor compreensão do termo, olhar discussões feitas em BREUILLY, John. “Abordagens do nacionalismo”. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). *Um mapa da questão nacional.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 155-184.

ensino e o povo.

Conforme afirma Auras:

> A Reforma de Ensino de 1911, sob a diretriz de Orestes Guimarães, procurou resolver, gradativamente, o problema da nacionalização do ensino, mesmo porque o governo, praticamente não contava com pessoal habilitado para tal (professores bilíngues) e teria, portanto, que contar com a colaboração das próprias comunidades envolvidas (1991, p.152).

Neste sentido, Mira nos esclarece que:

> O plano de nacionalização do ensino, iniciado em 1911, valorizava muito a colaboração tanto que, objetivando tornar a escola bem aceita pelo meio social, não recusava o trabalho profissional de professores de nacionalidade estrangeira. (apud FIORI, 1975, p.123).

A colaboração entre Estado e colônia caracterizava o primeiro projeto de nacionalização, pois devido às condições materiais do período, o governo tomava as colônias de imigração como parceiras para a difusão do ideal governamental, ou seja, o professor bilíngue tinha o papel de fazer a mediação do aluno descendente de imigrante com o ensino da cultura brasileira, como a língua, a história e a geografia nacional. Se procurava "socializar" os símbolos nacionais de modo mais ameno, sem grandes atritos, sem grandes discórdias e movimentos de repúdio à cultura brasileira. O que parece acontecer é um abandono ou mesmo um fracasso deste projeto de nacionalização, talvez pelo fato da fragilidade econômica do aparelho do Estado em mantê-lo. Porém a ideia era estabelecer um padrão cultural, uma homogeneização, para todas as etnias mesmo que dentro de suas próprias escolas "particulares". O Estado nem condições tinha de construir escolas e contratar professores adequados para o processo de adaptação e transformação da cultura "estrangeira" de acordo com as pensadas para o Brasil.

O caráter de harmonia não existiu no segundo projeto de nacionalização do ensino. O projeto do interventor Nereu Ramos, filho de Vidal Ramos, era completamente diferente, se tratava de um projeto extremamente repressivo.

> A correlação de forças políticas, na década de 30, era francamente contrária aos interesses das colônias. O interventor Nereu Ramos dispõe de todos os meios para atingir fundo seus adversários políticos, e o fará através de drásticas medidas relativas à questão da nacionalização do ensino (...). O que se verificará, a partir de 1938, num Estado generalizado de curtos horizontes culturais, é uma política de "caça as escolas", centrada no litoral norte, a pretexto de salvaguardar a pretensa "unidade nacional" (AURAS, 1991, p.152-153).

A distinção entre os projetos de nacionalização impostos pelos Ramos, primeiro Vidal em 1911 e, posteriormente, Nereu em 1938, foi de gritantes diferenças: o primeiro não teve caráter autoritário-repressor e, o segundo, estava carregado de desavenças políticas adquiridas com o tempo através dos atritos entres grupos distintos. Uma hipótese a ser levada em consideração é a de que o primeiro projeto fora esquecido e reavivado num momento em que se precisava de legitimidade política e cultural por parte dos latifundiários em contrapartida aos industriais provenientes das zonas de imigração. Um projeto elaborado na década de 1910 é somente ressaltado, reinterpretado e readaptado em fins da década de 30, com praticamente o mesmo objetivo base, nacionalizar a cultura, instituir um padrão cultural e linguístico para a formação de uma unidade nacional. Tratara-se de uma ideia quase esquecida que teve um momento certo para reaparecer e transformar a sociedade da década de 30 e inicio da de 40 através do nacionalismo de Estado, em âmbito cultural, educacional e político. Esse caminho, no que tudo indica, seria o ideal para reavivar uma oligarquia que caminhava na contramão da história, como já afirmara Marli Auras.

A origem do nacionalismo do Estado catarinense no período do Estado Novo, hipoteticamente e quase como uma certeza, vinha dos primeiros objetivos de nacionalização do ensino dos anos 10. Compreendemos assim que os laços entre o nacionalismo de Nereu Ramos e o de Vidal Ramos se ligavam por dois fios condutores: o primeiro, os laços consanguíneos, a honra, as tradições rurais, os interesses de grupo; e o segundo, a construção da identidade estadual e nacional e a legitimidade que esta daria ao grupo luso-brasileiro, que assim se considerava, o padrão de cultura e, identidade brasileira.

Discurso nacionalista catarinense

Sabemos que a ideologia e, consequentemente, o discurso nacionalista utilizado pelo Estado autoritário catarinense durante o período do Estado Novo esteve intimamente ligado

ao surgimento de um nacionalismo educacional na primeira década da República. Sabemos que ele como tantos outros foram adaptados aos interesses da elite que o utiliza. Sabemos que foi utilizado no campo cultural para se impor um padrão ideal e assim a criação de uma unidade homogênea, e propomos para as próximas paginas deste texto conhecer um pouco mais do discurso nacionalista desta realidade em análise.

O principal meio difusor do nacionalismo no Estado de santa Catarina foi a escola. Esta ganhou um papel fundamental a partir da década de 30. Daí em diante, institui-se uma nova forma de ensino e de escola. As instituições escolares passaram a ser pensadas por equipes técnicas dos governos municipais e estaduais que mudaram seus aspectos materiais e simbólicos. No Brasil, assim como em Santa Catarina, "a política de intervenção operada na escola visava alterar profundamente o *habitus* pedagógico, combinando a renovação da formação docente com uma séria tentativa de reformar os costumes das famílias" (NUNES, 2001, p.105). A educação era vista como meio primordial para a construção de valores e moldes das condutas (CAPELATO, 2009, p121-122). Tentava-se moldar, através da escola, a vida social de alunos, pais e mestres, tentava-se destruir a organização da década passada e construir uma nova sociedade. Segundo Nunes, "por trás das modificações produzidas na organização escolar, o que estava em jogo era uma reforma do espírito público" (2001, p.105). O Estado catarinense obedecia a essa ordem de educação, principalmente com o governo de Nereu Ramos, donde os interesses políticos passaram a usufruir do ensino para se nacionalizar a população, especialmente de origem alemã. A escola passou a ter papel difusor da ideologia do sistema dominante, legitimando "a autoridade do Estado enquanto princípio tutelar da sociedade" (NUNES, 2001, p.107). A era Vargas começada nos anos 30, abriu portas para uma reformulação do imaginário social que, para Bronislaw Baczko (1984) citado por Maria Helena Capelato, organiza e controla o tempo coletivo, interfere na produção da memória e na visão do futuro.

Nesta perspectiva de interpretação, o Estado de Santa Catarina passou a se utilizar da educação escolar pública como principal instrumento nacionalizador de regiões colonizadas por alemães e italianos, relembrando, base eleitoral de seus adversários políticos.

A partir deste pensamento e do momento que Nereu Ramos considerou as escolas étnicas uma ameaça a dissolução do ideal governamental, "desencadeia um verdadeiro bombardeio sobre as escolas dessas áreas, boa parte das quais já com bem mais de meio século de assentada existência" (AURAS, 1991, p.153). Para o governo as escolas ditas "estrangeiras", como caracterizavam, zombavam da fiscalização e se instalavam sem regras e

permissões. Dizia Nereu que antes de seu governo "por espírito partidário, estreito e condenável, pretendeu-se negar o fato, que a realidade punha à mostra na exibição de brasileiros que ignoravam a língua de sua pátria, apesar de haverem frequentado escolas dentro no território nacional" (RELATÓRIO..., 1938, p. 17) e, no que nos parece, o que interessava para o Brasil e para Santa Catarina naquele momento, era tornar homogênea a população catarinense, sem levar em consideração a cultura construída pelos diferentes povos habitantes do Estado. É exatamente essa diferença cultural que se buscou extinguir.

O discurso passou a apontar na direção da construção de uma sociedade homogênea, tomando a educação nas áreas de colonização como principal problemática na imposição de um amor a pátria e o cultivo das tradições nacionais:

> Eis porque o problema educacional, em certas regiões do Brasil, importa-lhe verdadeira defesa da unidade e até da soberania. "Um pais, acentuava, há dias, o Presidente Getulio Vargas, não é apenas um conglomerado de indivíduos dentro de um trecho de território, mas, principalmente, a unidade de raça, a unidade da língua, a unidade do pensamento nacional" (RAMOS, 1943, p.18).

A unidade da qual se referia Nereu Ramos era a extinção das diferenças culturais e construção de uma Nação e Estado de uma etnia só, brasileira de origem portuguesa, de um pensamento só, reprodutor das ideologias governamentais e de uma língua só, da qual todos estariam obrigados a falar português. Ou seja a unidade da nação brasileira foi também o lema da unidade do Estado de Santa Catarina. Além do mais, se compararmos os projetos de nacionalização de Vidal Ramos e de Nereu Ramos, vamos ver uma continuidade do discurso nacionalizador, mas uma enorme diferença na prática da qual eles foram implantados (MORAES, 2009, p.47).

O processo de nacionalização da população foi no Estado Novo, em Santa Catarina, intensificado, fortalecido e tratado como principal meta governamental. O sentido da nacionalização foi expresso pelas palavras de Nereu Ramos em discurso realizado no ano de 1938 e 1943:

> Não pode, portanto, surpreender a quem quer que seja, tome o Estado Novo de vez e definitivamente, providências para reintegrar dentro na alma do Brasil os que nele tendo nascido, dele se acham na realidade apartados pela magma, pela educação, pelos costumes, pelas tradições. (...) dever nosso é impedir que os que

> aqui nasceram e aqui vivem, ao invés de à língua e as tradições do Brasil, se apeguem e se aferrem (sic) às de outros povos ou de outras nações (RAMOS, 1943, p.18-19).

E ainda:

> Considerando que, sendo cidadãos brasileiros “os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este a serviço do governo do seu país”, — corre ao Estado a obrigação de resguardar e defender as novas gerações brasileiras, sem distinção de sua origem racial, de toda e qualquer influência que contrarie aquele postulado constitucional e desvirtue, tolha ou dificulte a propaganda dos sentimentos de brasilidade no espírito dos que nasceram no solo nacional (RELATORIO..., 1938, p.19).

Pressupomos que nesta ideologia era aceitável a existência de imigrantes e seus descendentes no território do Estado de Santa Catarina, porém estes não deveriam cultivar a cultura de seus antepassados e sim aceitar e adaptar-se a cultura que o Estado estava propondo, só assim o Estado propunha-se a fornecer a todos os habitantes de Santa Catarina os mesmos direitos e deveres independente das origens étnicas. Os nascidos nestas terras, para o discurso oficial, deviam alimentar o sentimento de brasilidade e os que assim se comportassem passavam a ter a proteção do aparelho estatal. Os que não assim não se comportassem estavam desprovidos de proteção e sujeitos a repressão. A homogeneidade era o ideal e a heterogeneidade cultural era o obstáculo a ser superado.

Em questão de unidade territorial, Nereu frisava o fechamento de escolas que cultivavam a ideia da existência de cidades alemãs. Acompanhamos seu discurso na cidade de Blumenau Santa Catarina em 1939:

> Em livro encontradiço nas escolas estrangeiras que, por desfigurarem a alma da nacionalidade, foram ultimamente fechadas, depara-se a afirmativa de ser Blumenau cidadezinha puramente alemã (...) Blumenau não é cidade alemã. É cidade brasileira, pelo trabalho de seus homens e pelo coração entusiasmado de seus filhos (RAMOS, 1939, p.78).

Dizia o discurso que estas escolas estrangeiras degeneravam a brasilidade de Blumenau, coisa que não deveria ser feita porque o povo que vivia nesta cidade era sim Brasileiro. Dizia ainda que “os que aqui nasceram, não nasceram para servir outras pátrias,

nem para cultuar outras tradições, nem para alimentar outros sentimentos que os despertados pela bandeira incomparável do Brasil" (RAMOS, 1939, p.78). Não aceitava a diversidade, as suas palavras, em nosso entendimento, denotam uma regra a ser seguida e incorporada, absorvida e ideologizada pelos indivíduos. O trabalho, o amor à pátria, às tradições e à bandeira brasileira, somados a figura de Getúlio Vargas, foram símbolos utilizados para caracterização do Estado Novo.

Conforme afirma Auras"O clima político em todos os níveis, inclusive internacional, proporcionava a Nereu Ramos um campo aberto para atacar, impiedosamente, seus adversários políticos no âmbito estadual" (1991, p.154).

As teorias nacionalistas discutidas na parte inicial nos fizeram selecionar o que seria explicitado neste texto tentando mostrar como surgira o nacionalismo no âmbito internacional, na visão dos grandes pensadores e também mostrar como surgira como projeto e discurso o nacionalismo no território catarinense. Tentamos, de alguma forma, ver como se deu a difusão do pensamento nacionalista para o mundo e ver que foi a elite a responsável pela incorporação desse projeto ideológico no Estado de Santa Catarina. A história é peculiar em cada lugar e por isso pusemos em analise o território catarinense para mostrarmos algumas dessas especificidades de tal Estado. O contexto está dado e as comparações feitas implicitamente através dos fatos descritos.

Considerações Finais

Entendemos através dos pensadores estudados que o nacionalismo é uma ideologia da elite, sendo ela nacional ou regional. Vemos em Santa Catarina uma evidência deste pensamento, uma oligarquia que absorveu e difundiu o projeto nacionalista para o resto da sociedade civil através do aparelho do Estado. Vimos que essa oligarquia representava a minoria da população e que disputava o poder governamental com outra oligarquia provinda das regiões de imigração. A partir do momento em que uma supera a outra no plano econômico, busca-se alternativas para a reconfiguração do poder. O nacionalismo foi utilizado exatamente como um fim para a ascensão de uma elite desvalorizada economicamente na tentativa de revalorização nas relações do poder estatal.

Usar do nacionalismo para se estabelecer no poder foi a arma encontrada, e de certo modo deu certo, por alguns anos até o fim do Estado Novo. Outro fator que podemos notar é o

fato de que não parece ser o mesmo nacionalismo executado por Vargas o que Nereu Ramos utilizou, apensar de compuserem uma mesma força. Mas em muitos discursos eles se aproximam. Não há apenas uma característica para esse nacionalismo de Santa Catarina, também não consideramos uma ideia fechada a que apresentamos. Caminhamos por caminhos delicados em primeiros passos de uma pesquisa muito mais ampla, que relaciona regionalismo, nacionalismo, sociedade política e cultura.

Sobretudo uma ideologia com fins de manter o poder de alguns sobre muitos. Manter uma estrutura oligárquica que independente do grupo dominante agradasse toda a elite estadual. Para Auras, "facções articuladas historicamente constituidoras da burguesia nacional, o bloco agrário e o bloco urbano-industrial, sempre juntos quando se tratava de defender seus interesses patrimoniais frentes aos subversivos interesses sociais dos subalternos" (1991, p.159-160). A história tratou de comprovar que ambos os blocos políticos, faziam parte do mesmo interesse, pois ao fim do Estado Novo foram fundados os partidos em Santa Catarina, PSD pelos Ramos e a UDN pelos Konder que se unificaram na sigla ARENA na ditadura militar que inicia em 1964.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AURAS, Marli. A construção história do condomínio Palaciano Ramos/Konder/Bornhausen. In: **Poder Oligárquico Catarinense**: da guerra aos fanáticos do contestado à "opção pelos pequenos". PUC/São Paulo. Tese de Doutorado. 1991.

BEIRED, José Luis Bendicho. "Ideologia nacionalista e representações da nação". In: **Sob o signo da nova ordem**. Intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Edições Loyola/USP, 1999, p. 195-232.

BREUILLY, John. **"Abordagens do nacionalismo"**. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 155-184.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Santa Catarina, 1930**: da degenerescência à regeneração. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. **Multidões em Cena:** Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo. 2ªed. São Paulo: UNESP, 2009.

CARDOSO DE MELLO, João Manoel. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1988.

DRAÍBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público**: Ensino público e política de assimilação do Estado de Santa Catarina nos períodos imperial e republicano. Florianópolis: Secretaria da Educação/Ed. Da UFSC, 1991.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Formação econômica de Santa Catarina.** Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MORAES, Marcos J. **No Teatro do Poder**: O governo Nereu Ramos e a nacionalização como instrumento político em Santa Catarina. UNESC, Criciúma-SC, 2009. (monografia).

NUNES, Clarice. As Políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas. In: BOMENY, Helena (org.). **Constelação Capanema**: intelectuais e política. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 103 – 125.

RAMOS, Nereu. **Discursos**. Florianópolis, 1943.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed. FGV, 1996.

RELATÓRIO apresentado em outubro de 1938 ao exmo. Presidente da República, pelo dr. Nereu Ramos, Interventor Federal do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: 1938.

RENAN, Ernest. **Que es una nación?** Madrid: Alianza Editorial, 1987.

SMITH, Anthony D. **“O nacionalismo e os historiadores”**. In: BALAKRISHNAN, Gopal. (Org.). Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 9ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.